



Universidade de Brasília
Faculdade de Saúde
Departamento de Saúde Coletiva

Produto 10

Produto 10: Curso de capacitação básico para aplicadores do instrumento validado, com material didático-pedagógico impresso e audiovisual

Brasília, 30 de outubro de 2019.



Equipe coordenadora:

Ms. Ana Paula do Nascimento Barros – Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)/UnB

Dr. Edgar Merchan-Hamann – Departamento de Saúde Coletiva (DSC)/UnB

Dr. Éverton Luís Pereira – Departamento de Saúde Coletiva (DSC)/UnB

Dr. Gladston Luiz da Silva – Instituto de Ciências Exatas (IE)/UnB

Dr. Heleno Rodrigues Corrêa – Departamento de Saúde Coletiva (DSC)/UnB

Dra. Livia Barbosa Pereira – Departamento de Serviço Social (SER)/UnB

Dra. Marineia Crosara de Resende – Instituto de Psicologia / Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Consultores:

Dra. Ana Rita de Paula – Doutora em Psicologia. Especialista em deficiência

Eng. William Rosa – Especialista em manuseio de banco de dados



Apresentação

O presente documento consiste no décimo produto da Carta Acordo firmada entre o Ministério da Justiça e Cidadania (MJ), a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) e a Universidade de Brasília (UnB) para execução do projeto “Implementação do Modelo Único de Avaliação e Valoração da Deficiência: uma análise do processo de validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) pelas Políticas Sociais Brasileiras”. O produto ao propor um modelo de capacitação para o uso do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) materializa um dos objetivos específicos presente no projeto de pesquisa-ação proposto pela UnB.

No mês de novembro de 2018, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) e a Universidade de Brasília (UnB) assinaram o I Termo de Ajuste à Carta Acordo. No termo, foi prevista a criação de um produto complementar à Fase 02 de execução do projeto e o deslocamento de recursos financeiros aplicados na terceira e última fase para a anterior. De acordo com o documento, o Produto seria “Realização de atividade piloto em municípios polos responsáveis pelo processo de validação com vistas a instrumentalizar os profissionais de saúde e das ciências sociais e humanas para a aplicação para fins de testagem do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) em sua versão modificada”. O remanejamento foi pactuado entre os agentes da Carta Acordo formalizado pela UnB por meio do Ofício 017/2018/Projeto Modelo Único, de 11 de junho de 2018. Cabe salientar que não foi aportado nenhum recurso extra por parte da SNDPD na execução da Carta Acordo.

O resultado da criação do Produto Complementar foi a realização de capacitações preparatórias para a aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) para fins de validação em todos os municípios validadores durante o segundo semestre de 2018 e o primeiro de 2019. Os pesquisadores realizaram um conjunto de viagens entre os meses de junho de 2018 e agosto de 2019



para realizar as capacitações, com recursos da Carta Acordo. O produto com dados e análise das capacitações foi entregue à SNDPD em maio de 2019. O acúmulo da equipe da Universidade de Brasília (UnB) na elaboração e na realização das capacitações permite que sejam feitas proposições que contemplem a complexidade no uso do IFBrM. Grande parte do material utilizado nas capacitações para aplicação do Índice para fins de validação foi elaborado com a pretensão também de ser utilizado na etapa pós-validação. O documento geral – com textos condutores analíticos – foi entregue como Produto 03 da Carta Acordo (Anexo 01). Ou seja, as considerações que seguem estão inseridas no contexto acima relatado e buscam apresentar para o executivo federal uma proposta de desenho para um curso de capacitação para os agentes públicos que farão uso do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM).

Finalizada a etapa de validação do IFBrM, as capacitações serão etapas fundamentais para a compreensão do instrumento a ser utilizado, bem como um momento para troca de conhecimentos. Nesse sentido, a presente pesquisa assumiu o compromisso de propor uma estrutura de curso, que de forma didática possa em uma dimensão teórico metodológica, direcionar a aplicação do instrumento. É importante ressaltar que esse direcionamento diz respeito a teorias concernentes ao debate sobre deficiência, normativas legais e a técnica de utilização do IFBrM. Somando-se a isso, a formação e a experiência profissional dos envolvidos, que serão cruciais para a avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência.

O Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) é um instrumento de avaliação da deficiência baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (CIF), o qual pretende ser utilizado como um modelo único de avaliação da deficiência, como preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). A criação do instrumento de avaliação da deficiência – IFBr – veio se deu a partir da constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Presidência da República em 26 de setembro de 2007. O projeto foi viabilizado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e teve início em janeiro de 2011, sendo concluído em abril de 2012 (FRANZOI et al, 2013).



O Grupo de Trabalho se debruçou sobre a criação do IFBr, o qual, baseado na CIF delimitou o eixo central da avaliação como a funcionalidade. Nessa cronologia, é possível observar que desde a primeira década do século XXI, o país está preocupado em aperfeiçoar seus instrumentos de avaliação da deficiência, o que é consequência da ampliação dos estudos sobre o tema e, com eles, a utilização do modelo social da deficiência para as políticas sociais.

Perante esse debate, a legislação diz que é para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por parte da pessoa com deficiência, visando a sua autonomia, inclusão social e cidadania (BRASIL, 2008). Ao discorrer a respeito de quem são consideradas pessoas com deficiência de que trata a LBI, o art. 2º segue o que determina a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2008) ao reconhecer que *“são aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”* (BRASIL, 2008).

A LBI determina que, quando necessário, a avaliação da deficiência deverá ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considere: “I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação” (BRASIL, 2015 Art. 2 §1º). Sendo assim, por meio do Decreto nº 8.954 de 10 de janeiro de 2017 foi instituído o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, que entre suas atribuições está criar instrumentos para a avaliação biopsicossocial da deficiência.

Para atender a determinação da LBI, que determina o prazo de dois anos para a criação de um instrumento de avaliação da deficiência, que deveria ter entrado em vigor em janeiro de 2018, inicia-se o processo de validação do chamado Modelo Único de Avaliação da Deficiência, denominado IFBrM. A pesquisa nacional de validação do IFBrM é de responsabilidade técnica-científica da Universidade de Brasília, com a coparticipação do Ministério da Saúde e patrocinada pela Secretaria



dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que construíram coletivamente o aprimoramento do instrumento com base no IFBrA.

O processo de validação do IFBrM contou com a participação de pesquisadores e profissionais que atuam nos serviços do Sistema Único de Saúde (Centro Especializado de Reabilitação – CER; Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS e Unidades Básicas de Saúde – UBS), selecionados pelo Ministério da Saúde e de Instituições para pessoas com deficiência, selecionadas pela equipe da UnB. Foi realizado em 55 municípios, com 1.360 profissionais capacitados para a coleta de dados. A capacitação foi realizada pela equipe de professores e pesquisadores da UnB, através de um curso de extensão, que serviu de norte para a presente proposta.

Por fim, cabe salientar que a validação do IFBrM é um processo coletivo, onde a participação das pessoas com deficiência foi central nessa construção, respeitando-se o lema da Convenção “nada sobre nós sem nós”, as quais são os destinatários das políticas sociais implementadas. Nessa direção, a capacitação dos profissionais para utilização do IFBrM é também uma defesa teórica e prática de que a deficiência é uma experiência necessariamente social, e nessa medida, são vários os profissionais com competências para avaliá-la, desde que contem com o aparato de um instrumento cientificamente e coletivamente construído e validado, com respeito à diversidade existente dentro das variações individuais, à dignidade inerente de quem será avaliado e com senso de justiça social.



Introdução

No contexto brasileiro, é possível observar significativas mudanças que acompanham os diversos olhares sobre a deficiência, consolidando intervenções que superam o corpo dos sujeitos, para a responsabilização da sociedade como um todo em face da experiência da deficiência. Deficiência, assim, passa a ser percebida como um conceito relacional e necessariamente coletivo para não mais simplesmente estático e individual. Determinar deficiência e avaliá-la é resultado de disputas teóricas, metodológicas e interventivas que se expressam na correlação de forças entre diferentes áreas do saber as quais são reproduzidas pelas categorias profissionais em suas ações cotidianas.

Nessa direção, trata-se de afirmar que a definição sobre quem são as pessoas com deficiência, para fins de proteção social, é resultado do embate entre perspectivas teóricas distintas. Em face desse debate, levando-se em consideração a importância de pensar processos pedagógicos que contemplem a complexidade da aplicação do IFBrM, bem como a otimização de recursos públicos na execução da formação continuada para sua aplicação com vistas ao acesso as mais diversas políticas sociais, esse documento propõe um modelo de curso de capacitação sobre o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM).

Para a construção da proposta, partiu-se das experiências dos pesquisadores da Universidade de Brasília na validação do IFBrA e na pesquisa de validação do IFBrM. Nesses dois campos, foram constatados alguns pontos cruciais que guiaram a elaboração da proposta que será apresentada:

(1) o IFBr apresenta um conjunto de discussões ainda pouco conhecidas entre os profissionais. O paradigma da funcionalidade não está em total uso na maior parte dos serviços e ainda gera estranhamento, sendo necessário um investimento intenso de formação para que ele seja corretamente utilizado;

(2) a deficiência, tal qual pensada no instrumento, precisa ser analisada e entendida do ponto de vista global, ou seja, biopsicossocial. Os domínios e atividades se complementam para avaliar o sujeito integralmente. Para realizar avaliações dessa



forma, é necessário que o profissional reconheça as bases teóricas e normativas que guiam tal pensamento;

(3) a capacitação instrumental realizada para fins de validação do IFBrM possibilitou uma primeira aproximação com o instrumento de 1.360 profissionais. Entre os profissionais capacitados, 37% não realizaram avaliações, 11,18% realizaram de 1 a 4 avaliações, 13,24% de 5 a 10 avaliações, 25,74% de 11 a 30 avaliações e 22,1% de 30 a 246 avaliações, conforme Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Quantidade de avaliações realizadas pelos profissionais capacitados

<i>Quantidade de avaliações</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Nenhuma	503	36,99
Uma	41	3,01
Duas	46	3,38
Três	34	2,50
Quatro	31	2,28
Cinco	36	2,65
Seis	30	2,21
Sete	30	2,21
Oito	33	2,43
Nove	26	1,91
Dez	25	1,84
De 11 a 20	223	16,40
De 21 a 30	127	9,34
De 31 a 98	166	12,21
De 104 a 246	9	0,66
Total	1360	100

No geral, as capacitações foram realizadas em 29 horas, sendo dessas 14 presenciais. A avaliação realizada nas capacitações foi de que seriam necessários mais encontros presenciais e mais investimentos no aprofundamento teórico de algumas questões;

(4) existem particularidades entre os tipos de deficiência que precisam ser levadas em consideração durante as capacitações. É preciso reconhecer as diferenças



entre os impedimentos, seja físico, sensorial, intelectual e/ou mental, para possibilitar uma melhor apropriação do IFBrM;

(5) trabalhar com as diferentes faixas etárias – crianças, jovens, adultos e idosos – requer a adequação da linguagem e o conhecimento de técnicas de interpelação. Durante as capacitações, faz-se necessário instrumentalizar os profissionais de forma a contemplar as singularidades das faixas etárias. Cabe destacar que o IFBrM está organizado de modo a contemplar atividades a partir das idades dos sujeitos em avaliação.

Após essas considerações realizadas, é relevante destacar que consideramos essencial a construção de propostas que: (1) prevejam carga horária em encontros presenciais e a distância; (2) realizem atividades práticas que permitam o contato e a aplicação do instrumento, bem como as discussões coletivas que fomentem a compreensão sobre os aspectos relacionados às deficiências, aos diferentes impedimentos e a utilização do IFBrM; (3) leve em consideração a necessidade de acompanhamento constante por tutores/professores; (4) destaque as particularidades estaduais, pensando em habilitar profissionais das capitais e do interior do Brasil no uso do IFBrM.

O desenho do curso (online e/ou presencial) poderá ser pensado de acordo com os interesses e potencialidades financeiras do(s) órgão(s) responsável(is) pela capacitação do Governo Federal. Do ponto de vista didático, consideramos importante a presença de estudantes em sala de aula e em contato direto com os professores. Isso pode fortalecer os conteúdos repassados e ampliar o envolvimento dos profissionais na multiplicação do aprendizado entre seus pares. Além disso, as atividades presenciais podem proporcionar a solução de dúvidas em tempo real, com a presença do pesquisador/professor e/ou supervisão na avaliação de casos.



Proposta de estrutura de curso de capacitação

A capacitação terá como objetivo geral: trazer reflexões sobre o entendimento da deficiência enquanto uma experiência de restrição de participação que se manifesta a partir do encontro do corpo com impedimento e as diversas barreiras da sociedade. Nesse sentido, trata-se de compreender que a avaliação da deficiência deve se dar de forma biopsicossocial e apresentar o instrumento de funcionalidade aos profissionais que poderão realizar a certificação da deficiência. Por esse motivo, propomos, como público-alvo, as capacitações para profissionais envolvidos com políticas e ações voltadas às pessoas com deficiência de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

Nessa direção, a capacitação será pensada como um momento de reflexão da ação profissional e das práticas de profissionais que atuam com políticas e ações voltadas às pessoas com deficiência. Para tanto, estamos utilizando o arcabouço da espiral construtivista proposto por autores como Lima (2017).

Lima (2017) apresenta a espiral construtivista como uma forma de organização pedagógica da produção do conhecimento, especialmente em metodologia ativa. Para a autora, são necessários elementos de ordem contextual (chamado de cultural e social) para que o processo de ensino-aprendizagem seja realmente produtivo e corresponda aos interesses da sociedade atual.

A espiral construtivista está organizada em seis momentos: (1) identificando problemas, (2) formulando explicações, (3) elaborando questões, (4) buscando novas informações, (5) construindo novos significados e (6) avaliando o processo. Os primeiros três movimentos são pautados pela ideia de que os profissionais trazem conhecimentos prévios ao encontro pedagógico e que estes precisam ser (re)conhecidos para que a busca (ou o aprender a aprender) seja significativo para todos. O quarto, “buscando informações”, seria responsável pelas atividades autônomas dos estudantes e a busca individual pelo conhecimento. O quinto está aqui pensado como aquele no qual profissionais/estudantes compartilharão com professores novas possibilidades. A sexta e última corresponde ao processo avaliativo e, nessa proposta, seria feito através dos Estudos de Caso.



A proposta é que a capacitação seja realizada num Curso de atualização, com duração de 100 horas, sendo 40h presenciais e 60h à distância¹ (plataforma EaD). As horas à distância deverão preceder as horas presenciais, para que haja uma uniformização do conhecimento necessário para o uso de IFBrM.

Curso de atualização

Os módulos serão preparados de acordo com as demandas de formação teórico-prática para a aplicação do IFBrM e em diálogo com as propostas do órgão propositor.

As 60 horas à distância serão realizadas em plataforma EaD a partir das discussões das leituras indicadas fomentadas em fóruns de debate, acompanhadas pelos professores/pesquisadores/tutores.

Os módulos EaD devem preceder os módulos presenciais, pois cada tema presencial necessita de um embasamento teórico, previsto nos módulos à distância. Pretendemos que esse curso seja uma ação educativa, realizada na perspectiva dialogada, reflexiva e crítica, para que os participantes compreendam a realidade da pessoa com deficiência e usem o princípio da justiça para cada avaliação realizada.

Ressaltamos que o curso foi desenhado para se chegar a avaliação da deficiência através do IFBrM, o processo de construção e validação do instrumento, fundamentado nas bases legais, com foco para o entendimento da deficiência a partir do modelo biopsicossocial. Para isso, os textos indicados são de domínio público e com acesso aberto.

Abaixo detalhamos uma possibilidade de organização dos encontros, vislumbrada pela equipe da UnB, em 5 módulos EaD (12 horas cada) e 5 módulos presenciais (8 horas cada).

¹ A carga horária presencial e à distância do curso poderão sofrer alteração de acordo com as condições financeiras e de disponibilidade dos sujeitos responsáveis e envolvidos no processo de capacitação. Ressaltamos a preponderância das aulas presenciais sobre à distância, visto que a primeira possibilita maior aprofundamento teórico por meio do debate, bem como a partir da aplicação do instrumento em casos práticos, seja mais efetiva e haja maior troca de saberes entre os sujeitos envolvidos.



Curso EaD:

Módulo 1

Tema 1: Bases legais sobre a deficiência no Brasil.

Objetivo: conhecer a legislação vigente sobre os direitos das pessoas com deficiência: Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e Lei brasileira de inclusão (LBI).

Textos:

BRASIL. Decreto Legislativo n. 186 de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União* 2008, 10 jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União* 2009; 26 ago. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência. *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Tema 2: Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”.

Objetivo: Conhecer a ótica de que as próprias pessoas com deficiência são as que sabem o que é melhor para elas e por isso devem ser ouvidas em todas as ações que as envolvam.

Texto:

RESENDE, A. P. C; VITAL, F. M. P. (2008). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Brasília: SEDH/CORDE. Disponível em:



Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/A%20Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Deficiencia%20Comentada.pdf>

Tema 3: Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – avanços nas ações e políticas.

Objetivo: analisar as barreiras, os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas pelo segmento de pessoas com deficiência.

Textos:

DIAS, J.; FERREIRA, L. C.; GUGEL, M. A.; COSTA FILHO, W. M. (orgs). *Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: SNPD – SDH-PR, 2014. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20-%20Novos%20Coment%C3%A1rios.pdf>

LANNA JUNIOR, M. C. M. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: SNPD – SNP-PR, 2010. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/wp-content/uploads/2010/12/Movimento1.pdf> e Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oxscYK9Xr4M>

REICHER, S. C. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: o cenário nacional pós-ratificação e os desafios à sua implementação. In: GONZAGA, E. A.; MEDEIROS, J. L. R. (orgs.) *Ministério público, sociedade e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência*. p. 11-34). Brasília: ESMPU, 2018, p. 11-34. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books/ministerio-publico-sociedade-e-a-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia>



Módulo 2

Tema: O modelo biopsicossocial de deficiência

Objetivos: Conhecer o modelo biopsicossocial de deficiência; conhecer os indicadores sobre as pessoas com deficiência; conceituar deficiência e identificar quem são as pessoas com deficiência no Brasil.

Textos:

BOTELHO, L.; PORCIÚNCULA, K. (2018). Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência - ontem, hoje e amanhã. In: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (Orgs.). Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018, p. 114-167. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicol. Social*, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300009&script=sci_arttext



Módulo 3:

Tema: Impedimentos (físico, auditivo, visual, intelectual e mental) ao longo do ciclo vital.

Objetivos: a) conhecer as características dos impedimentos físico, auditivo, visual, intelectual e mental; b) refletir sobre diferenças entre impedimento mental e intelectual, e como os transtornos psicossociais passaram a ser considerados deficiência; c) considerar o nascer com deficiência e o adquirir a deficiência e os impactos da aquisição em diferentes fases da vida.

Textos

DIAS, S. S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Rev. bras. educ. espec.*, v. 19, n. 2, p. 169-182, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200003

FIGUEIREDO, A. C. M.; GONZAGA, E. A. Pessoas com deficiência e seu direito fundamental à capacidade civil. In: GONZAGA, E. A.; MEDEIROS, J. L. R. (orgs.) *Ministério público, sociedade e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência*. Brasília: ESMPU, 2018, p. 85-108. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books/ministerio-publico-sociedade-e-a-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia>

MARTINS, J. A.; MERIGHI, M. A. B.; JESUS, M. C. P.; WATANABE, H. A. W. Envelhecer com deficiência física: experiência permeada pelo estigma, isolamento social e finitude. *Esc. Anna Nery*, v. 22, n. 4, e20180128, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000400217&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

MATA, A. S. Deficiência intelectual: análise da produção científica com base no modelo biomédico e modelo social da deficiência. *Filos. e Educ.*, v.10, n.2, p. 350-378, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8653186>

MENDES, R. H. Ciladas da dicotomia entre inclusão e aprendizagem. In: GONZAGA, E. A.; MEDEIROS, J. L. R. (orgs.) *Ministério público, sociedade e a lei*



brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília: ESMPU, 2018, p. 221-234. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books/ministerio-publico-sociedade-e-a-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia>

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; MELLO, A. G. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. *Educ. Pesqui.*, v. 33, n. 2, p. 369-386, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000200013

SANTOS, T. V. *Experiências de sociabilidade de adolescentes com deficiência física*. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34719/2/tatiana_santos_iff_dout_2019.pdf

SANTOS, T. V.; MOREIRA, M. C. N.; GOMES, R. Quando a participação de crianças e jovens com deficiência não se resume à atividade: um estudo bibliográfico. *Ciênc. Saúde coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3111-3120, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003111



Módulo 4

Tema: As bases utilizadas na construção do IFBrM

Objetivos: a) conhecer as bases para a construção do IFBr: CIF e seus princípios, objetivos, componentes e modelo e MIF; b) compreender a importância da mudança conceitual trazida por esta classificação, dado que ela dialoga com o modelo social da deficiência.

Textos:

ANDRADE, L. E. L. et al. Avaliação do nível de conhecimento e aplicabilidade da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Saúde debate*, v. 41, n. 114, p. 812-823, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000300812&script=sci_abstract&tlng=pt

ARAÚJO, E.; BUCHALLA, C. M. Utilização da CIF em fisioterapia do trabalho: uma contribuição para coleta de dados sobre funcionalidade. *Acta Fisiatr.*, v. 20, n. 1, p. 1-7, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/actafisiatr/acta/view/103735>

BARBOSA, L.; PEREIRA, E. L. Desafios para a construção de um modelo de avaliação da deficiência. In: PEREIRA, E. L.; BARBOSA, L.; CORRÊA FILHO, H. R. *Avaliação da Deficiência no Brasil: reflexões e desafios*. Brasília: LetrasLivre/UnB, 2018. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/09/914788/1702-8738-1-pb.pdf>

CASTRO, S. S.; CASTANEDA, L.; ARAÚJO, E. S.; BUCHALLA, C. M. Aferição de funcionalidade em inquéritos de saúde no Brasil: discussão sobre instrumentos baseados na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 19, n. 3, p. 679-287, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000300679

FRANZOI, A. C. et al. Etapas da elaboração do Instrumento de Classificação do Grau de Funcionalidade de Pessoas com Deficiência para Cidadãos Brasileiros: Índice



de Funcionalidade Brasileiro - IF-Br. *Acta Fisiatr.*, v. 20, n. 3, p.164-178, 2013.
Disponível em: [http://www.revistas.usp.br/actafisiatr/article/view/103791](http://www.revistas.usp.br/actafisiatr/actafisiatr/article/view/103791)

MÂNGIA, E. F.; MURAMOTO, M. T.; LANCMAN, S. Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde (CIF): processo de elaboração e debate sobre a questão da incapacidade. *Rev. Ter. Ocup.*, v. 19, n. 2, p. 121-130, 2008.
Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14037>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Como usar a CIF: Um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Versão preliminar para discussão. Outubro de 2013. Genebra: OMS.
Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/cbcd/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Pra%CC%81tico-da-CIF.pdf>

RIBERTO, M.; MIYAZAKI, M. H.; JUCÁ, S. S. H.; Sakamoto, H.; PINTO, P. P. N.; BATTISTELLA, L. R. Validação da Versão Brasileira da Medida de Independência Funcional. *Acta Fisiatr.*, v. 11, n. 2, p. 72-76, 2004. Disponível em: [http://www.revistas.usp.br/actafisiatr/article/view/102481](http://www.revistas.usp.br/actafisiatr/actafisiatr/article/view/102481)



Módulo 5:

Tema: O Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado

Objetivos: a) conhecer o histórico de construção do IFBrA e IFBrM, como cada um foi validado, as réguas propostas pela validação realizada pela UnB; b) entender a avaliação da deficiência através do instrumento (funcionalidade e barreiras).

Textos:

BARBOSA, L.; PEREIRA, E. L. P.; RODRIGUES, D. LC 142: desafios da avaliação a deficiência em um marco de justiça. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, v. 25, n. 4, p. 909-915, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1702>

BRASIL. Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS. *Diário Oficial da União* 2013; 9 maio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm

PEREIRA, É. L.; BARBOSA, L. Índice de Funcionalidade Brasileiro: percepções de profissionais e pessoas com deficiência no contexto da LC 142/2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 3017-3026, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3017.pdf>



Os módulos EaD são fundamentais para as discussões presenciais, sendo considerados pré-requisitos, como pode ser visto abaixo:

<i>Pré-requisito EaD</i>	<i>Presencial</i>
Módulos 1 e 2	Módulo 1
Módulos 2 e 3	Módulo 2
Módulos 3, 4 e 5	Módulo 3
Módulos 3, 4 e 5	Módulo 4
Módulos 3, 4 e 5	Módulo 5



Curso presencial:

Módulo 01:

Tema: O modelo biopsicossocial de deficiência e suas bases legais no Brasil (Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão).

Objetivos: a) reconhecer a mudança de paradigma do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial da deficiência b) compreender a evolução do conceito de deficiência a partir do marco legal da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Metodologia:

Serão propostas as seguintes atividades:

Apresentação dos participantes e levantamento das expectativas em relação ao curso.

Levantar no grupo o entendimento sobre deficiência. Será solicitado aos participantes que conceituem deficiência e escrevam num papel.

Sistematizar coletivamente, identificando os conceitos que se enquadram no modelo médico e no modelo biopsicossocial.

Apresentar a mudança de paradigma trazida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sobre o conceito e o entendimento do que é a deficiência.

Resultados esperados: Ao final deste módulo, os participantes deverão dominar o conceito de deficiência proposto pela Convenção, saber explicar as mudanças históricas desse conceito e como foi o desenvolvimento do entendimento da deficiência nos diversos períodos até a atualidade.



Módulo 2:

Tema: Pessoas com deficiência e a presença de estigmas ao longo do ciclo vital

Objetivos: a) conceituar quem são as pessoas com deficiência, focando nos diferentes impedimentos; b) discutir sobre viver com deficiência e adquirir uma deficiência, considerando as fases de desenvolvimento humano – infância, adolescência, vida adulta e velhice; c) pontuar a importância da acessibilidade em suas seis dimensões; d) reconhecer os estigmas presentes no ser diferente e o ônus trazido pela deficiência; e) debater sobre a possibilidade de romper barreiras para a participação social efetiva das pessoas com deficiência.

Metodologia:

Serão propostas as seguintes atividades:

Levantar no grupo o entendimento coletivo sobre quem são as pessoas com deficiência. Os participantes serão divididos em cinco grupos, cada grupo será convidado a pensar a partir dos impedimentos – físico, visual, auditivo, intelectual ou mental. Cada grupo deverá representar em um papel pardo, em tamanho real quem são as pessoas com deficiência, nas diferentes fases do desenvolvimento humano, colocando características, estigmas e barreiras. Será solicitado aos participantes que apresentem seus “personagens”.

Os coordenadores deverão conduzir uma roda de conversa a partir do que for trazido, pontuando as fases do desenvolvimento humano, as características inerentes a cada tipo de impedimento (deficiência), a presença de estigmas e barreiras e destacar a importância das seis dimensões da acessibilidade.

Convidar os participantes a refletir sobre o ônus de viver com deficiência e de que maneira podemos romper barreiras para a participação social efetiva das pessoas com deficiência

Resultados esperados: Ao final deste módulo, os participantes deverão ser capazes de discorrer sobre os diferentes impedimentos, ao longo do desenvolvimento humano, dominar o conceito de acessibilidade e deficiência proposto pela Convenção,



saber explicar as mudanças históricas desse conceito e como foi o desenvolvimento do entendimento da deficiência nos diversos períodos até a atualidade.



Módulo 3:

Tema: Estudo de caso: IFBrM e os impedimentos físicos

Objetivos: a) apresentar o IFBrM para avaliação da deficiência: domínios por faixas etárias, barreiras a serem pontuadas, uso do aplicativo; b) exercitar o uso do IFBrM através de estudos de casos.

Pré-requisito: Módulos 1 e 2 EaD

Metodologia:

Serão propostas as seguintes atividades:

Leitura do Manual do IFBrM

Os coordenadores oferecerão instruções de aplicação.

Será apresentado um caso de impedimento físico.

Em duplas, os participantes farão a avaliação.

Resultados esperados: Ao final deste módulo, os participantes deverão estar aptos para aplicação do IFBrM em pessoas com impedimento físico, ao longo do ciclo vital.



Módulo 4:

Tema: Estudo de caso: IFBrM e os impedimentos mental e intelectual

Objetivo: a) apresentar diferenças entre impedimento mental e intelectual, com breve histórico sobre como os transtornos psicossociais passaram a ser considerados deficiência; b) aperfeiçoar o olhar profissional para aplicação do IFBrM em pessoas com impedimentos mentais e/ou intelectuais, ao longo do ciclo vital.

Metodologia: As aulas serão práticas com apresentação de casos e uso do aplicativo para avaliar a deficiência.

Resultados esperados: Ao final deste módulo, os participantes deverão sair aptos a avaliar a deficiência através do IFBrM.



Módulo 5:

Tema: Estudo de caso: IFBrM e os impedimentos sensoriais

Objetivo: a) aperfeiçoar o olhar profissional para aplicação do IFBrM em pessoas com impedimento auditivo e/ou visual, ao longo do ciclo vital.

Metodologia: As aulas serão práticas com apresentação de casos e uso do aplicativo para avaliar a deficiência.

Resultados esperados: Ao final deste módulo, os participantes deverão sair aptos a avaliar a deficiência através do IFBrM.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto Legislativo n. 186 de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União* 2008, 10 jul.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência. *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul.

FRANZOI, A. C. et al. Instrumento de Classificação do Grau de Funcionalidade de Pessoas com Deficiência para Cidadãos Brasileiros: Índice de Funcionalidade Brasileiro - IF-Br. *Acta Fisiátrica*, v.20, n. 3, pp.164-170, 2013.

LIMA, V. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. *Interface (Botucatu)*, v. 21, n. 61, pp. 421-434, 2017.



Anexo I